

Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária ("CPC 21 (R1)"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 e ISRE 2410- Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

São Paulo, 13 de novembro de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

2018-SPO-2658 VF.DOCX

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte Impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. - CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTES										
Caixa e equivalentes de caixa	4	243	17	443	10.347	12	-	307	501	6.674
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	11.474	-	14	-	-	19.631	19.279
Contas a receber	6	73	73	5.794	12.942	13	1.330	6.401	1.330	6.401
Impostos e contribuições a recuperar		181	377	1.002	859		-	-	122	137
Outros ativos		497	467	321	1.004		-	46	1.102	2.024
Total dos ativos circulantes		994	934	19.034	25.152		1.330	6.754	33	170
NÃO CIRCULANTES										
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	13.575	12.574		-	-	245.076	249.462
Outros ativos		-	-	14	3	14	62.479	56.326	62.479	56.326
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	54.893	58.323	-	-	13	-	-	1.186	1.216
Investimentos	9	185.128	187.235	-	-		-	-	-	-
Imobilizado	10	-	-	473.946	485.302		62.479	56.326	308.741	307.004
Intangível	11	-	-	1.600	1.603		-	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		240.021	245.558	489.135	499.482	17	205.785	205.785	(29.076)	205.785
TOTAL DOS ATIVOS		240.518	246.025	508.169	524.634		176.709	182.945	176.709	182.945
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital Social										
Prejuízos acumulados										
Total do patrimônio líquido										
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
		240.518	246.025	508.169	524.634		240.518	246.025	508.169	524.634

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELÍCA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			
		Seis meses		Tês meses	Seis meses		Tês meses	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017	
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	-	38.349	30.478	17.067	14.826
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	19	-	-	-	(21.689)	(16.888)	(9.971)	(7.878)
LUCRO BRUTO		-	-	-	16.660	13.590	7.096	6.948
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	20	(357)	(623)	(132)	(901)	(1.785)	(459)	(797)
Despesas gerais e administrativas	9	(2.107)	(4.304)	(3.703)	-	-	-	-
Equivalência patrimonial		(2.464)	(4.927)	(3.835)	15.759	11.805	6.637	6.151
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		-	2	-	825	853	406	405
RESULTADO FINANCEIRO	21	(3.772)	(5.569)	(1.456)	(21.344)	(21.907)	(11.665)	(11.473)
Receitas financeiras	21	(3.772)	(5.567)	(1.456)	(20.519)	(21.054)	(11.259)	(11.068)
Despesas financeiras		(6.236)	(10.494)	(5.291)	(4.760)	(9.249)	(4.622)	(4.917)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	-	-	-	(1.476)	(1.245)	(669)	(590)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes		(6.236)	(10.494)	(5.291)	(6.236)	(10.494)	(5.291)	(5.507)
PREJUÍZO DO PERÍODO		207.996	183.066	207.996	183.066	183.066	183.066	183.066
Número de ações integralizadas - em milhares		(0,0300)	(0,0573)	(0,0254)	(0,0300)	(0,0573)	(0,0254)	(0,0301)
Prejuízo por ação (em reais - R\$)								

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(6.236)	(10.494)	(6.236)	(10.494)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(6.236)</u>	<u>(10.494)</u>	<u>(6.236)</u>	<u>(10.494)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016	192.355	(18.696)	173.659
Prejuízo do período	-	(10.494)	(10.494)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	<u>192.355</u>	<u>(29.190)</u>	<u>163.165</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017	205.785	(22.840)	182.945
Prejuízo do período	-	(6.236)	(6.236)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>205.785</u>	<u>(29.076)</u>	<u>176.709</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(6.236)	(10.494)	(6.236)	(10.494)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10 e 11	-	-	11.359	11.361
Encargos financeiros sobre mútuos		-	236	-	236
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	4.458	3.784	16.208	16.524
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	54	-	110	67
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	21	-	-	(598)	(576)
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.107	4.304	-	-
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	-	64
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	7.148	(6)
Impostos e contribuições a recuperar		-	(1)	(143)	(260)
Outros ativos		196	205	672	35
Fornecedores	12	(307)	(790)	(6.173)	(1.506)
Obrigações trabalhistas		-	-	(15)	(13)
Obrigações tributárias		(46)	(171)	1.080	2.088
Outros passivos		-	-	(167)	16
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(2.854)	(857)	(13.759)	(11.995)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.002)	(469)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(2.628)</u>	<u>(3.784)</u>	<u>7.484</u>	<u>5.072</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	5 e 7	-	-	(11.877)	1.110
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	3.920	-	-
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	3.430	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>3.430</u>	<u>3.920</u>	<u>(11.877)</u>	<u>1.110</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de mútuos		-	166	-	166
Empréstimos financiamentos e debentures pagos	13 e 14	(576)	(293)	(5.511)	(4.802)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(576)</u>	<u>(127)</u>	<u>(5.511)</u>	<u>(4.636)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>226</u>	<u>9</u>	<u>(9.904)</u>	<u>1.546</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	4	17	2	10.347	2.358
Saldo final	4	243	11	443	3.904
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>226</u>	<u>9</u>	<u>(9.904)</u>	<u>1.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 30 de junho de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$833 na controladora e R\$3.686 no consolidado (R\$6.287 na controladora e R\$9.533 no consolidado em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1 Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro 2017 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	30/06/2018	31/12/2017
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.500	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	11.200	100%	100%
	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, Estado de Pernambuco. As controladas operaram em fase de testes até o fim do exercício de 2015. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2 Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº234, de 29 de maio de 2014, nº 240, de 30 de maio de 2014, nº 251, de 4 de junho de 2014, e nº 263, de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas Resoluções Autorizativas nº 5534, nº 5535, nº 5536 e nº 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3 Comercialização de energia

As controladas participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

As controladas, em 26 de dezembro de 2017, solicitaram a adesão ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSD. Em 19 de janeiro de 2018, foi expedida, através do comunicado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE nº 046/18, a adesão da Companhia ao MCSD, sendo descontratado de 100% de seus contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e ofertado 100% de sua geração no Ambiente de Contratação Livre - ACL, para o período de doze meses, iniciado em janeiro de 2018.

2.4 Riscos das operações

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes relativas às informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das informações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em moeda nacional (real -R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas recebem a classificação de "empréstimos e recebíveis" e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) aplicações financeiras vinculadas; (iv) ações preferenciais resgatáveis; e (v) contas a receber.

3.5. Instrumentos financeiros – passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; e (iii) debêntures.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de energia nova são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.16. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

<u>Pronunciamento</u>	<u>Data da adoção a partir de:</u>
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16/CPC 06- Operação de Arrendamento Mercantil (b)	01/01/2019

(a) As alterações dessas normas existentes são obrigatórias para exercício atual. A Companhia avaliou as alterações, e não identificou impactos relevantes.

(b) Não houve adoção antecipada da norma, e a Companhia está avaliando as alterações.

As demais alterações mandatórias para informações financeiras intermediárias, com início em 1º de janeiro de 2018, não foram listadas acima devido à sua não aplicação ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	5	5
Depósitos bancários	243	17	357	63
Aplicações financeiras (*)	-	-	81	10.279
	<u>243</u>	<u>17</u>	<u>443</u>	<u>10.347</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, realizadas com o Banco Bradesco, com rendimentos de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, definido na hora da aplicação com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (*)	-	-	11.474	-

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, os rendimentos médios foram de 97,40% (97,91% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Fornecimento de energia elétrica (a)	5.534	12.691
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (b)	260	251
	<u>5.794</u>	<u>12.942</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	<u>13.575</u>	<u>12.574</u>

Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, os rendimentos médios foram de 97,40% (97,91% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a três vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 14.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	54.893	58.323

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., e Eólica Serra das Vacas IV S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 40.058.526. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas I S.A.	1,5046	0,2065	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S.A.	1,6147	0,3804	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S.A.	1,6956	0,3948	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	1,5758	0,2619	1,3138

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559, e parte como reserva de capital no montante de R\$51.711. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 30 de junho de 2018, no montante de R\$56.242, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas I S.A.	14.317.602	21.543	(2.958)	18.585
Eólica Serra das Vacas II S.A.	7.536.319	12.169	(2.867)	9.302
Eólica Serra das Vacas III S.A.	7.260.540	12.312	(2.867)	9.445
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	10.944.065	17.246	(2.867)	14.379
	<u>40.058.526</u>	<u>63.270</u>	<u>(11.559)</u>	<u>51.711</u>

	Movimentação do período				
	31/08/2017 (AGE)	Resgates no período	Saldo 31/12/2017	Resgates no período	Saldo 30/06/2018
Eólica Serra das Vacas I S.A.	21.543	(1.535)	20.008	(915)	19.093
Eólica Serra das Vacas II S.A.	12.169	(1.260)	10.909	(806)	10.103
Eólica Serra das Vacas III S.A.	12.312	(1.065)	11.247	(866)	10.381
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	17.246	(1.087)	16.159	(843)	15.316
	<u>63.270</u>	<u>(4.947)</u>	<u>58.323</u>	<u>(3.430)</u>	<u>54.893</u>

9. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 30 de junho de 2018:

	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Avaliação patrimonial	<u>183.778</u>	<u>187.235</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos

Controlada	31/12/2017		
	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Eólica Serra das Vacas I S.A.	42.337	1.882	44.219
Eólica Serra das Vacas II S.A.	45.528	3.651	49.179
Eólica Serra das Vacas III S.A.	45.243	507	45.750
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	45.559	2.528	48.087
	<u>178.667</u>	<u>8.568</u>	<u>187.235</u>

Controlada	30/06/2018		
	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2018
Eólica Serra das Vacas I S.A.	44.219	(883)	43.336
Eólica Serra das Vacas II S.A.	49.179	(792)	48.387
Eólica Serra das Vacas III S.A.	45.750	5	45.755
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	48.087	(437)	47.650
	<u>187.235</u>	<u>(2.107)</u>	<u>185.128</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Controlada	31/12/2017			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	139.110	(94.890)	(44.220)	1.883
Eólica Serra das Vacas II S.A.	127.601	(78.421)	(49.180)	3.652
Eólica Serra das Vacas III S.A.	125.743	(79.993)	(45.750)	507
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	131.713	(83.627)	(48.086)	2.526
	<u>524.167</u>	<u>(336.931)</u>	<u>(187.236)</u>	<u>8.568</u>

Controlada	30/06/2018			Prejuízo do período
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Eólica Serra das Vacas I S.A.	134.152	(90.814)	(3.337)	(883)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	123.289	(74.903)	(48.387)	(792)
Eólica Serra das Vacas III S.A.	122.215	(76.459)	(45.756)	5
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	128.015	(80.367)	(47.648)	(437)
	<u>507.671</u>	<u>(322.543)</u>	<u>(185.128)</u>	<u>(2.107)</u>

10. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado		
	Terreno	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	1.071	1.071
Aquisições	3	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3</u>	<u>1.071</u>	<u>1.074</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>3</u>	<u>1.071</u>	<u>1.074</u>

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado					Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.887	81.119	423.779	141	81	507.007
Baixas	-	-	-	(67)	-	(67)
Depreciação	-	(2.823)	(19.870)	(14)	(5)	(22.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.887</u>	<u>78.296</u>	<u>403.909</u>	<u>60</u>	<u>76</u>	<u>484.228</u>
Depreciação	-	(1.412)	(9.936)	(4)	(4)	(11.356)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>1.887</u>	<u>76.884</u>	<u>393.973</u>	<u>56</u>	<u>72</u>	<u>472.872</u>
Segregado em:						
Custo	1.887	83.923	443.653	138	94	529.695
Depreciação acumulada	-	(7.039)	(49.681)	(80)	(23)	(56.823)
	<u>1.887</u>	<u>76.884</u>	<u>393.972</u>	<u>58</u>	<u>71</u>	<u>472.872</u>
Vida útil média ponderada - em anos	-	29,72	22,33	7,0	16,0	
Taxa média ponderada de depreciação - em %	-	3,37	4,48	14,29	6,25	
Total geral - líquido						<u>473.946</u>

Em 30 de junho de 2018, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.574	39	1.613
Amortização	-	(10)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.574	29	1.603
Amortização	-	(3)	(3)
Saldo em 30 junho de 2018	1.574	26	1.600
Segregado em:			
Custo	1.574	61	1.635
Amortização acumulada	-	(35)	(35)
	1.574	26	1.600
Vida útil média ponderada - em anos	35	7,8	-
Taxa média ponderada de depreciação - em %	2,85	12,82	-

12. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	-	307	501	6.674

13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas series. Para a 1ª serie foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2ª serie 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1ª série está sendo amortizada em 24 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2ª serie será amortizada em 25 parcelas semestrais e consecutivas com a 1ª parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., Eólica Serra das Vacas IV S.A.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Principal e juros incorridos	70.247	69.219
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(6.438)</u>	<u>(6.492)</u>
	<u>63.809</u>	<u>62.727</u>
Segregado entre:		
Circulante	1.330	6.401
Não circulante	<u>62.479</u>	<u>56.326</u>
	<u>63.809</u>	<u>62.727</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.492
Juros incorridos	3.784
Amortização de juros	(857)
Amortização de principal	(293)
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>62.126</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.727
Juros incorridos	4.458
Amortização de juros	(2.854)
Amortização de principal	(576)
Apropriação custos a amortizar	54
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>63.809</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2019	591
2020	2.451
2021	2.404
2022	2.712
2023	3.021
2024 – 2028	20.318
2029 – 2030	<u>30.982</u>
	<u>62.479</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho.

Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e qualitativos. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
BNDES	266.351	270.443
(-) Custo de transação a amortizar	(1.644)	(1.702)
	<u>264.707</u>	<u>268.741</u>
Segregado entre:		
Circulante	19.631	19.279
Não circulante	245.076	249.462
	<u>264.707</u>	<u>268.741</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$ mil</u>
2019	10.304
2020	11.175
2021	12.119
2022	13.143
2023	14.254
2024 - 2028	91.504
2029 - 2032	92.578
	<u>245.076</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.949
Amortização de principal	(4.509)
Amortização de juros	(11.138)
Juros incorridos	12.740
Apropriação de custos de transação	67
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>272.109</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	268.741
Amortização de principal	(4.935)
Amortização de juros	(10.905)
Juros incorridos	11.750
Apropriação de custos de transação	56
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>264.707</u>

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

15. PARTES RELACIONADAS

Remuneração da Diretoria

O pessoal-chave da Administração inclui diretores. A remuneração paga aos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2018, foi no montante de R\$96 (R\$234 em 30 de junho de 2017).

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. Em 30 de junho de 2018, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeassem a registro de provisão para riscos.

A Companhia é parte em processos judiciais, cuja probabilidade de risco de perda é possível. Em 30 de junho de 2018, o total era de R\$20 referente a processos de natureza trabalhista.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social autorizado é no montante de R\$500.000 e capital social integralizado é no montante de R\$205.785 (R\$205.785 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 207.996.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Quantidade de ações	%
Acionistas:				
PEC Energia S.A.	104.950	104.950	106.078.164	51%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	<u>100.835</u>	<u>100.835</u>	<u>101.918.236</u>	49%
	<u>205.785</u>	<u>205.785</u>	<u>207.996.400</u>	

Em 1º de agosto de 2017, o conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o aumento de capital social no montante de R\$13.430, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A integralização foi realizada mediante a capitalização de parte do saldo de contratos de mútuo.

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante 2017, foram deliberados e aprovados em Assembleia Geral do Extraordinária.

17.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

17.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

18. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

Em janeiro de 2018, a Companhia estabeleceu, com a NC Energia S.A., um compromisso de venda de energia correspondente a 70% da capacidade instalada, até dezembro de 2018.

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Contrato Ambiente de Contratação Livre - ACL	39.993	-	17.797	15.456
Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	-	31.758	-	-
Outras receitas	20	6	20	-
(-) Deduções:				
PIS	(276)	(208)	(123)	(102)
COFINS	(1.272)	(961)	(569)	(470)
Taxa de fiscalização da Aneel	(116)	(117)	(58)	(58)
Subtotal	<u>(1.664)</u>	<u>(1.286)</u>	<u>(750)</u>	<u>(630)</u>
Total	<u>38.349</u>	<u>30.478</u>	<u>17.067</u>	<u>14.826</u>

19. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Energia comprada para revenda	444	1.235	145	-
Depreciação e amortização	11.359	11.361	5.680	5.680
Despesa com pessoal	486	484	286	249
Serviços de terceiros (*)	6.548	1.872	2.359	995
Arrendamentos e alugueis	442	396	160	143
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	1.308	1.332	685	672
Material	974	-	558	27
Outros	128	208	98	112
	<u>21.689</u>	<u>16.888</u>	<u>9.971</u>	<u>7.878</u>

(*) Refere-se basicamente a serviços extras de manutenção dos aero geradores no semestre.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Seguros	216	226	107	103
Serviços de terceiros	141	390	25	123
Outros	-	7	-	1
	<u>357</u>	<u>623</u>	<u>132</u>	<u>227</u>
	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesa com pessoal	135	252	85	103
Seguros	216	226	107	103
Serviços de terceiros	548	1.300	267	591
Outros	2	7	-	-
	<u>901</u>	<u>1.785</u>	<u>459</u>	<u>797</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras:				
Outras	-	2	-	2
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(2.951)	(3.754)	(872)	(1.708)
Comissão fiança	(767)	(896)	(530)	(570)
Juros sobre mútuos	-	(236)	-	(43)
Outras	(54)	(683)	(54)	(679)
	<u>(2.423)</u>	<u>(5.569)</u>	<u>(1.456)</u>	<u>(3.000)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.772)</u>	<u>(5.567)</u>	<u>(1.456)</u>	<u>(2.998)</u>

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras:				

Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	598	788	406	399
Outras	227	64	-	6
	<u>825</u>	<u>852</u>	<u>406</u>	<u>405</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(16.208)	(16.495)	(8.186)	(7.939)
Comissão fiança	(4.717)	(3.970)	(3.224)	(2.547)
Juros sobre mútuos	-	(236)	-	(43)
IOF	(19)	(496)	(5)	(474)
Multas	(5)	(250)	-	(205)
Despesas bancárias	(283)	(363)	(167)	(193)
Outras	(112)	(96)	(83)	(72)
	<u>(21.344)</u>	<u>(21.906)</u>	<u>(11.665)</u>	<u>(11.473)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(20.519)</u>	<u>(21.054)</u>	<u>(11.259)</u>	<u>(11.068)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas informações financeiras intermediárias consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado							
	Seis meses				Três meses			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Suprimento de energia	39.993	39.993	31.758	31.758	17.797	17.797	15.456	15.456
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.199	4.799	2.541	3.811	1.424	2.136	1.236	1.855
Receitas financeiras	825	825	852	852	406	406	405	405
Outras receitas	20	20	6	6	20	20	-	-
Base de cálculo	4.044	5.644	3.399	4.669	1.850	2.562	1.641	2.260
Alíquota	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Subtotal	607	508	510	420	277	231	246	203
Adicional de IRPJ	361	-	315	-	161	-	140	-
Imposto Devido	<u>968</u>	<u>508</u>	<u>825</u>	<u>420</u>	<u>438</u>	<u>231</u>	<u>386</u>	<u>203</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>1.476</u>		<u>1.245</u>		<u>669</u>		<u>590</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30/06/2018	31/12/2017
<u>ATIVOS</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	243	17
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	54.893	58.323
<u>PASSIVOS</u>				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	307
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	63.809	62.727
	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30/06/2018	31/12/2017
<u>ATIVOS</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	443	10.347
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	11.474	-
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	5.794	12.942
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	13.575	12.574
<u>PASSIVOS</u>				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	501	6.674
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	264.708	268.741
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	63.809	62.727

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da empresa.

Em 30 de junho de 2018, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$833 na controladora e R\$3.686 no consolidado (R\$6.287 na controladora e R\$9.533 no consolidado em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das informações financeiras intermediárias, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4,39%.
- TJLP - 6,6%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 7,35%.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	30/06/2018	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(63.809)	IPCA +8,5%	(8.225)	(10.281)	(12.337)
Consolidado	30/06/2018	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(63.809)	IPCA +8,5%	(8.225)	(10.281)	(12.337)
Empréstimos e financiamentos	(264.708)	TJLP + 2,45%	(23.956)	(29.945)	(35.934)
Títulos e valores mobiliários	11.474	7,35%	843	633	422
Aplicações financeiras vinculadas	13.575	7,35%	998	749	499
	<u>(303.468)</u>		<u>(30.340)</u>	<u>(38.845)</u>	<u>(47.351)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	328.517	331.468
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações e aplicações financeiras vinculadas	<u>25.492</u>	<u>22.921</u>
Dívida líquida	303.025	308.547
Patrimônio líquido	176.708	182.945
Índice de alavancagem financeira - %	171%	169%

24. COMPROMISSOS

- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$2.900 (valor original) ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$780 (valor original) ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.
- Em janeiro de 2018, a Companhia estabeleceu, com a NC Energia S.A., um compromisso de venda de energia correspondente a 70% da capacidade instalada, até dezembro de 2018.

25. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladora e controladas
Riscos operacionais - parque eólico das investidas	120.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladas

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 13 de novembro de 2018.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 27 de setembro de 2018, foi realizado o leilão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. "Eletrobras" nº 01/2018, onde foi colocado à venda 49% da participação acionária da Eletrobras na Eólica Serra das Vacas Holding S.A. A participação foi arrematada pela futura acionista Serra das Vacas Participações S.A. e a mesma deverá cumprir com o previsto nos itens 17 e 18 do edital do leilão. O leilão foi adjudicado em reunião da Comissão de Alienação do leilão, realizada em 24 de outubro e homologado em 29 de outubro de 2018, pela reunião da diretoria Executiva da Eletrobras, conforme comunicado nº 10 Edital Eletrobras 01/2018. Logo, fica a Eletrobras autorizada a prosseguir com a alienação, onde o próximo passo será a celebração do contrato de compra e venda, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2019, dentre outras condições precedentes, para finalização da venda e transferência das ações.
 - b) Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2018, a acionista PEC Energia S.A. transfere 100% de sua participação acionária da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. para a Serra das Vacas Participações S.A.
-

